

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN THE CONSTRUCTION OF THE PEDAGOGICAL PROPOSAL

Paula Beatriz Onório¹

Sérgio Donizeti Mariotini²

RESUMO

Esta pesquisa procura analisar e compreender os estudos teóricos sobre a importância da inserção da família na construção da Proposta Pedagógica da escola pública. Caracteriza-se pela compreensão de como as instituições escolares podem contribuir, por meio do plano de desenvolvimento curricular, para a participação, de forma efetiva e consciente, da família no cotidiano da vida escolar de seus filhos. Busca a reflexão, por meio do estudo de uma bibliografia especializada sobre o tema, dos desafios enfrentados na elaboração e organização de novas ações, de forma coletiva, da Proposta Pedagógica, compreendendo a escola como espaço participativo, em que a instituição, formada por diferentes segmentos, acredita na importância de todos os envolvidos no processo educativo, promovendo assim a participação de todos nesse processo, entre eles, a família. Para isso, a pesquisa adotou a metodologia de revisão da literatura, buscando o posicionamento dos autores como Gadotti (2007), Paro (2001), Veiga (1997), Vasconcellos (2013), além de artigos e demais materiais publicados sobre o tema. Observou-se, no decorrer do estudo, que a escola, enquanto inserida dentro de um contexto social, ou seja, na comunidade ao seu redor, deve levar em consideração esse fator, da realidade em que a permeia, para que assim, a gestão escolar possa encontrar caminhos para que ocorra uma participação coletiva, de forma democrática e consciente.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica. Família. Escola. Participação.

ABSTRACT

¹Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E mail: paula.bia.onorio@hotmail.com.

²Docente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: sergio_mariotini@hotmail.com.

This research tries to analyze and to understand the theoretical studies on the importance of the insertion of the family in the construction of the Pedagogical Proposal of the public school. It is characterized by the understanding of how school institutions can contribute, through the curriculum development plan, to the effective and conscious participation of the family in the daily life of their children's school life. It seeks to reflect, through the study of specialized bibliography on the subject, the challenges faced in the elaboration and organization of new actions, collectively, the Pedagogical Proposal, comprising the school as a participatory space, in which the institution, formed by different segments, believes in the importance of all those involved in the educational process, thus promoting the participation of all in this process, among them, the family. The Pedagogical Proposal, in turn, has the role of promoting actions that strengthen the importance of the partnership between school and family, for the full development of the student, favoring the approach of the family in the school environment. For this, the research adopted the methodology of literature review, seeking the positioning of authors such as Gadotti (2007), Paro (2001), Veiga (1997), Vasconcellos (2013), as well as articles and other published materials on the subject. It was observed during the study that the school, while inserted within a social context, in the community around it, must take into account this factor, the reality that permeates it, so that , school management can find ways for collective participation to take place in a democratic and conscious way.

Key words: Pedagogical Proposal. Family. School. Participation.

1. INTRODUÇÃO

A inserção da comunidade e, conseqüentemente, da família na Proposta Pedagógica de instituições escolares pode contribuir para o plano de desenvolvimento curricular, tornando possível e efetiva a presença dos pais, de forma mais abrangente, na vida escolar de seus filhos.

Esse artigo, por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos, procura fazer uma análise da relação entre a escola e a família, com o objetivo de demonstrar a importância dessa relação na formação intelectual, social e crítica do aluno.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prescreve que a educação constitui um direito de todos e dever do Estado e da família. Dessa forma,

deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A família, por sua vez, encontra-se inserida na sociedade e essa, dentro da instituição escolar.

Assim, pode-se afirmar que a família constitui um espaço sociocultural cotidiano e histórico no processo de socialização, se relaciona com as instituições de ensino, tornando-se berço de atitudes, bem como de mudanças, ou estagnação, da realidade na qual a sociedade a insere.

E a partir dela que partem os sujeitos sociais, ou seja, sujeitos com uma determinada origem familiar, que ocupam um determinado lugar na sociedade e se encontram inseridos nas relações e no contexto social, que irão manter, ou mudar, a si próprios e, conseqüentemente, a realidade onde estão inseridos.

A escola, ao construir sua Proposta Pedagógica, pela qual estabelece as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade, formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, pais de alunos e líderes comunitários em torno de seu projeto educacional.

Portanto, é função da escola fazer um trabalho com as famílias, que demonstre e comprove a importância da participação deles para o sucesso acadêmico de seus filhos. Para que isso ocorra, as instituições escolares devem utilizar O Projeto Político Pedagógico (PPP), como um instrumento que reflete a proposta educacional da escola.

O Projeto Político Pedagógico é utilizado para a escola refletir sua proposta educacional. Devido a isso, é através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

Porém, de acordo com os artigos 12 e 14 da LDBEN (1996) entende-se que a própria lei estabeleceu que a Proposta Pedagógica e o Projeto Político Pedagógico constituem a mesma coisa, pois ambos afirmam que a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, sendo assim, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

De acordo com Veiga (1997), o PPP vai além de planos e atividades diversas. Trabalhando em equipe, partindo do ponto da realidade em que a escola se encontra, o Projeto Político Pedagógico busca realizar a criação de planos de ação que tenham uma finalidade absoluta: a educação.

Dessa forma, essa pesquisa pretende verificar, por meio da Proposta Pedagógica, ancorada pelo Plano de Gestão Escolar, documento onde são registradas todas as ações da escola, quais os procedimentos que viabilizam de forma concreta a participação da família no ambiente escolar e de, a partir dessa verificação, demonstrar a importância da instituição familiar no processo de ensino – aprendizagem dos alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FAMÍLIA: RELAÇÃO COM A ESCOLA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO / PROPOSTA PEDAGÓGICA

O conceito de família encontra-se vinculado ao conjunto de pessoas que possuem uma relação de parentesco, que vivem num mesmo lugar, formando um lar. (ALMEIDA e MEDEIROS, 2010).

A área da sociologia que estuda a família, de acordo com Almeida e Medeiros (2010) afirma que a instituição familiar consiste no local onde ocorre a socialização e a formação da cultura e da personalidade. Dessa forma, o papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo que a constitui é fundamental, uma vez que é no meio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais, assim como as tradições e costumes vivenciados por meio de gerações passadas.

Porém, a família tradicional, com progenitores heterossexuais, casados na Igreja e com filhos, em que os papéis encontram-se bem definidos, vem sofrendo mudanças em sua configuração no decorrer dos anos.

Por volta dos anos 1950-1960, a família e as relações familiares foram alvo de constante transformação social, gerando novos padrões de organização. Famílias formadas por um dos cônjuges e filhos, apenas por filhos e por homossexuais são algumas das configurações contemporâneas de família.

Porém, segundo Oliveira (2009), faz-se necessário, para a compreensão dessas transformações, uma mudança na maneira de visualização da configuração da nova família, levando-se em conta que há o reflexo da sociedade, tanto na forma de se viver em família, quanto nas relações interpessoais.

Segundo Szymanski (2002), apud Oliveira (2009):

...o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes. (SZYMANSKI 2002, apud OLIVEIRA, 2009, p.71).

Como se constata, segundo Almeida e Medeiros (2010), a família faz parte de uma estrutura que engloba um todo maior, ou seja, o sistema de parentesco, que consiste numa organização de papéis e relações baseadas nos laços de sangue e de afeto, que unem homens, mulheres e crianças.

De acordo com o novo modelo de estruturação dos membros da família, segundo Almeida e Medeiros (2010), a tradição do lar constituído por pai, mãe e filhos não constitui a única forma de família vigente na sociedade capitalista, independentemente de sua configuração, não se pode deixar de considerar que o destino social e pessoal do indivíduo tem grande suporte na sua convivência familiar, pois, é nesse espaço de convivência emocional e afetiva, que se estabelecem suas primeiras interações sociais.

A influência da família no desempenho dos estudantes é de grande importância. Portanto, é preciso refletir sobre aquilo que é função dos pais e responsáveis e aquilo que se encontra sob responsabilidade da escola. O ideal é que a mobilização para a participação da família parta da instituição de ensino, de forma estruturada.

Dessa forma, segundo Almeida e Medeiros (2010), a gestão participativa torna possível a abertura da escola à comunidade, ao criar espaços em que a participação da família se torne realidade, por meio de uma proposta democrática, frente à realidade do cotidiano da instituição escolar.

2.2 A Escola

A escola é uma instituição que se dedica ao processo de ensino e aprendizagem entre alunos e professores, consiste no espaço onde ocorre essa relação de conhecimentos. Por isso, consiste numa das instituições mais importantes da vida de um indivíduo, já que uma grande parcela da população entra na escola quando criança, permanecendo nela por várias fases de sua vida e estágios de desenvolvimento, até chegar à idade adulta.

Segundo Canário (2005) é necessário considerá-la a partir da análise de três eixos distintos que a constituem: a forma escolar, a organização escolar e a instituição escolar.

A forma escolar refere-se à dimensão pedagógica, à maneira como a educação escolar é concebida, seus métodos e conteúdos de ensino. Esse eixo parte do pressuposto de que o saber pode e deve ser transmitido, revelado e acumulado. Essa forma confere à escola o domínio educativo, desvalorizando, assim, outras formas de saberes.

Já a organização da escola compreende as relações entre o professor e seus alunos, ancorada na proposição de que a construção do saber é organizada de forma coletiva. Define a organização referente ao tempo, aos espaços e às disciplinas. A forma organizacional da escola condiciona, assim, a ação e pode, muitas vezes, levar à falta de estímulo do pensamento crítico.

O autor Canário (2005) conclui, por meio da análise dos três eixos, que a escola é também uma instituição, no sentido de que a partir de um conjunto de valores tornou-se uma “fábrica de cidadãos”.

Pode-se então entender que, por meio dessa análise, o autor chama a atenção para os estudos de cada uma dessas dimensões da escola, a fim de compreender seus mecanismos de funcionamento, ativação e de mudanças.

Portanto, ao definir-se escola é preciso atentar para uma abordagem ampla, conceituando-a como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados. A escola é constituída e construída pelo resultado da ação de seus diferentes participantes, que vivem em um ambiente social onde se estabelecem diferentes formas de relações, que vão além das relações ensino-aprendizagem. Quando se entende a escola como uma organização social, as relações se multiplicam, assim como as particularidades de um estabelecimento para o outro.

Gadotti (2007), partindo da leitura de obras de Paulo Freire, afirma que o ilustre educador concebe a escola como um espaço de troca de relações, pois ela não é apenas um espaço físico, mas um lugar para estudar, discutir, confrontar-se com o outro, fazer política.

Além disso, a escola encontra-se inserida na sociedade, mantém uma relação de troca com essa sociedade, no sentido de que precisa de vários agentes sociais para existir e se transformar. Como afirma Gadotti (2007):

A escola está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população. (GADOTTI, 2007, p.11).

Dessa forma, compreende-se a importância da instituição escolar e o alcance que a escola deve e precisa ter juntado ao contexto social que a engloba.

Assim, esta é uma proposta que possibilita o surgimento de alternativas relacionadas às considerações emergentes, que podem configurar caminhos na busca de acertos aos problemas relacionados ao cotidiano escolar, pois entende-se que são as práticas coletivas realizadas na escola que darão a possibilidade para que a comunidade possa participar e questionar sobre as decisões, a fim de melhorar tanto sua estrutura, como sua função social de educar. (ALMEIDA e MEDEIROS, 2010).

2.3 Projeto Político Pedagógico / Proposta Pedagógica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, afirma que a Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento de referência. Por meio dele, a comunidade escolar exerce sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

O PPP, segundo Veiga (1997), constitui muito mais do que um agrupamento de planos de ensino e atividades. Sua meta é alcançar aquilo que ainda não é a realidade da escola, mas um futuro possível. Por isso, o Projeto busca uma direção específica a ser seguida:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1997, p.13)

Assim, o Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola: estabelece as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade.

De acordo com Vasconcellos (2013): “Trata-se de um importante caminho voltado para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.” (VASCONCELLOS, 2013, p. 17).

Desse modo, o PPP formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários, em torno do mesmo projeto educacional. O planejamento é o plano de ação que, em um determinado período, vai levar a escola a atingir suas metas. Do planejamento, depois, sairão os planos de aula, adaptados ao cotidiano em sala de aula.

Dessa forma, o PPP constitui o plano global da instituição escolar. Segundo Vasconcellos (2013), ele pode ser compreendido como uma forma de sistematização de um projeto participativo. Esse projeto nunca deve ser definitivo, visto que ele vai mudando e se aperfeiçoando de acordo com a realidade escolar, que define a ação educativa, a qual precisa ser desempenhada e realizada de acordo com os objetivos da escola.

É, ainda, por meio dos princípios democráticos apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que podem ser encontrados o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica.

De acordo com os artigos 12 e 14 da LDBEN, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração. De acordo com os artigos (1996):

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução.

Ou seja, é por meio deste artigo que será possível discutir as incumbências do ensino com a gestão escolar.

No entanto, nota-se que no artigo 14 as normas de gestão democrática definidas pelo sistema de ensino são baseadas nas peculiaridades e com base nos princípios do mesmo:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Assim, entende-se que a própria lei estabeleceu que a Proposta Pedagógica e o Projeto Político Pedagógico são a mesma coisa, portanto, será estabelecido, nesse trabalho, o termo Proposta Pedagógica.

Desse modo, a Proposta Pedagógica possui o objetivo de construir a identidade da instituição escolar, partindo de questionamentos e reflexões necessárias. Essa Proposta, como um instrumento que descreve e revela a escola, é fundamental e único em cada instituição, já que ele é construído a partir de cada realidade escolar.

De acordo com Veiga (1997), a base para a construção da Proposta Pedagógica é uma equipe liderada por um gestor, que beneficia de forma construtiva as famílias, a comunidade e os educandos com o objetivo de alcançar as metas e transformar a educação.

Por isso, a Proposta Pedagógica deve possibilitar aos membros da escola, liderados pelo seu gestor, uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo, assim, as responsabilidades de todos os envolvidos.

A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

Porém, a Proposta Pedagógica só poderá ser percebida dessa maneira, se assumir uma estratégia de gestão democrática, ou seja, se for baseada na coletividade. Ela será eficaz na medida em que conseguir tornar concreto o compromisso dos atores da escola pública com a proposta educacional e com o destino da instituição.

Assim, pautado em Veiga (1997), entende-se que a família pode contribuir na elaboração, de uma forma construtiva, para a elaboração e desenvolvimento da Proposta Pedagógica.

3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A relação entre escola e família é imprescindível, visto que a família constitui o espaço de construção da identidade de um indivíduo, por isso, deve promover, em conjunto com a escola, uma parceria, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

De acordo com Veiga (2013), a escola pode ser considerada como uma instituição conforme a concepção de que ela se organiza por meio das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos que a compõe; desse modo, torna-se necessária a participação da família no ambiente escolar, visto que essa participação encontra-se inserida no próprio conceito de escola como instituição.

Por outro lado, a educação deve ser oferecida a todos os indivíduos; e é a escola que proporciona um ambiente de ensino-aprendizagem, devendo oferecer ao aluno um conhecimento sistematizado, respeitando sua cultura e ampliando os valores que recebe da família.

A escola que tem a pretensão de atingir, de forma gradativa e consistente, índices cada vez maiores de democratização de suas relações institucionais, não pode deixar de considerar como parte integrante de seu projeto o compromisso de participação.

Nesse sentido relata Veiga (2012):

Compreendemos que o envolvimento de todos na construção do projeto, ao desencadear uma *reflexão coletiva*, promove a adoção de uma prática educativa, na medida em que reflete individual e coletivamente sobre ela. A instituição educativa é, nessa perspectiva, um espaço de ensinar e aprender. (VEIGA, 2012, p.58)

Assim, no processo educacional, é necessária a participação de todos os envolvidos com a escola, devendo haver uma proposta de reflexão acerca das responsabilidades, direitos e deveres dos envolvidos no processo; com o objetivo de construir uma escola aberta para a participação coletiva na construção de um projeto de sucesso.

Desse modo, segundo Vasconcellos (2013), a tarefa primordial da direção da escola, diante de uma perspectiva democrática, é fazer com que a escola funcione com base num projeto coletivo. Nas instituições escolares esse projeto é conhecido como Proposta Pedagógica.

Essa perspectiva visando à coletividade remete à questão da corresponsabilidade. De acordo com Vasconcellos (2013):

O par complementar da participação é a corresponsabilidade. Não estamos planejando 'para os outros'; temos de ter clareza da parte que nos cabe e assumi-la. Através do processo participativo vão aprendendo o jogo democrático, onde têm todo o direito de se expressarem, de lutarem por suas ideias e convicções, mas também devem respeitar as decisões coletivas. (VASCONCELLOS, 2013, p.26)

Desse modo, cabe a cada escola, em conjunto com a família, encontrar formas de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de cada uma delas, porém a coletividade, à medida que beneficia tanto a escola quanto a elas, ao trazer também o vínculo de responsabilidade entre essas duas instituições.

3.1 A família na construção da Proposta Pedagógica

A Proposta Pedagógica, enquanto definidora da identidade da escola, estabelece as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade.

A partir dessa premissa, entende-se a importância e a necessidade da participação da família na construção e elaboração desse documento norteador de toda a conduta das instituições de ensino.

De acordo com Veiga (2012), a “articulação escola-família-comunidade” (VEIGA, p.60) é o quarto pressuposto da Proposta Pedagógica, a qual demonstra que essa questão constitui um grande desafio, já que a tendência da maioria das escolas é a de construir a Proposta sem a participação dos pais e da comunidade.

É por isso que, segundo Veiga (2012), essa articulação passa por uma mudança cultural, visto que a abrangência de todas as partes da instituição escolar, abarcando as famílias e os alunos, resultará num enriquecimento da Proposta Pedagógica.

Da mesma forma, segundo um dos princípios norteadores da Proposta Pedagógica: a relação entre a escola e a comunidade, entende-se que a participação da família seja indispensável, porque faz parte, é intrínseca à própria

estrutura da Proposta, pois, na relação entre a escola e a comunidade, propiciada pela organização dessa Proposta, ocorre a participação de todos os segmentos nas decisões da escola.

Assim, de acordo com Vasconcellos (2013), a Proposta Pedagógica constitui uma contribuição importante em relação à conquista e autonomia da instituição escolar, e é ele que vai ser responsável, no interior da escola pelo diálogo consistente e fecundo com a comunidade.

Para contar com a colaboração das famílias no processo escolar, é necessário integrar na Proposta Pedagógica ações que despertem interesses nas famílias a participarem de reuniões, palestras, feiras culturais, estes eventos buscam, além de seus objetivos imediatos, o aprimoramento do saber socializado, bem como a possibilidade de uma discussão ampla sobre as finalidades da educação escolar, atendendo aos objetivos que a escola almeja alcançar, durante o ano letivo.

Veiga (2012) afirma que: “A articulação da comunidade, tendo em vista a construção do projeto de escola, é inspirada em ações comunitárias, tais como: centros e oficinas de apoio comunitário, estudo das reais condições da população etc”. (VEIGA, 2012, p.62).

Dessa forma, cabe à escola, por meio de sua Proposta Pedagógica, a inserção da família no contexto escolar de seus alunos, ao propiciar meios específicos para que ações comunitárias sejam possíveis dentro dos limites da instituição.

3.2 A família e sua inserção de forma democrática na Proposta Pedagógica

A Proposta Pedagógica, como já foi explicitado, deve ser construída de forma coletiva, com o intuito de atender à todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de uma instituição escolar. Dessa forma, ela precisa ser organizada a partir de um plano gestor, que confere a organização da Proposta com autonomia, de forma democrática.

O que caracteriza uma Proposta Pedagógica democrática é a participação dos envolvidos, conferindo a cada parcela de seus integrantes, responsabilidades ligadas ao mecanismo de ensinar. Por sua vez, aquilo que possibilita uma Proposta democrática é a gestão democrática e participativa da escola.

Portanto, de acordo com Veiga (1997):

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 1997, p.18)

A inserção da família no desenvolvimento e organização da Proposta Pedagógica é uma das formas de garantir seu aspecto democrático. A família faz parte do contexto social em torno da instituição escolar, deve ter espaço para conhecer melhor a realidade da escola de seus filhos, como está sendo o desenvolvimento intelectual, emocional e cultural dos mesmos. De acordo com Luck, Freitas, Girling e Keith (2012):

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania. (LUCK, FREITAS, GIRLING e KEITH, 2012, p.20)

Portanto, uma gestão escolar democrática é aquela na qual se prioriza a participação do coletivo em todas as ações que ocorrem no domínio da escola. Dessa forma, gestores, professores, funcionários, familiares, alunos, enfim todos aqueles envolvidos na comunidade escolar devem, por meio dessa gestão, dialogar e opinar, de maneira ativa e reflexiva, nas ações e decisões da instituição escolar.

Assim, de acordo com Luck, Freitas, Girling e Keith (2012), é por meio do princípio da democratização que a gestão escolar promove, em sua comunidade, a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais.

Portanto, ouvir a comunidade escolar é a principal função de um gestor democrático, tendo em vista que a escola é construída e estruturada para suprir as necessidades dessa parcela dos envolvidos na questão educacional.

Assim, nesse sentido, a Proposta Pedagógica de uma instituição escolar constitui um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, uma vez que a elaboração coletiva da Proposta possibilita a aproximação entre a

escola e a comunidade, inserindo essa última como parte integrante do processo educativo.

Portanto, de acordo com Veiga (1997), a Proposta Pedagógica precisa ser organizada de forma a possibilitar um compromisso assumido por todos na organização do trabalho pedagógico de forma globalizada e coerente, com o objetivo de buscar a solução de problemas, e centrando sua atenção nos interesses comuns, ao buscar bases teórico-metodológicas que possam concretizar as metas estabelecidas como consenso da comunidade educativa.

4. A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A escola, ao elaborar e organizar sua Proposta Pedagógica deve fazê-lo levando em consideração que a Proposta engloba a realidade da instituição escolar. Essa realidade encontra-se relacionada com gestores, professores, funcionários, família e alunos.

Uma Proposta Pedagógica participativa presume o envolvimento de todos os membros de uma instituição escolar. A família constitui um desses membros e, portanto, deve ser envolvida na elaboração da Proposta Pedagógica.

Para que isso seja feito, é preciso que as instituições proporcionem, criem oportunidades, itinerários possíveis para a efetiva participação dos pais dos alunos em sua Proposta.

De acordo com Vasconcellos (2013), o procedimento de construção participativa da Proposta Pedagógica pode ser um lugar importante onde ocorre a construção da coletividade escolar.

Assim, a Proposta Pedagógica, na perspectiva do Planejamento Participativo, tem duas grandes contribuições: o rigor teórico-metodológico (qualidade formal), a participação (qualidade política).

A Proposta Pedagógica, desse modo, se articula entre níveis diferentes: de um lado, se apoia no projeto pessoal do professor, que lhe dá sustentação, de outro, deve se abrir para um projeto social mais amplo, que lhe dá sentido. (VASCONCELLOS, 2013).

A família, então, encontra-se vinculada a esse projeto social vasto, e sua participação remete ao próprio conceito do termo:

A participação é uma resposta ao anseio mais fundamental do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia, a participação só tem sentido quando existe por trás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências. (VASCONCELLOS, 2013, p.24-25)

Percebe-se que a participação da família na construção da Proposta Pedagógica é de suma importância para a instituição escolar, à medida que procura criar um espaço descentralizado e democrático para as tomadas de decisões, ouvindo todos os envolvidos na execução do seu projeto, e também para a família, que começa a perceber-se como seres que têm o direito de opinar sobre o próprio fazer do documento da instituição escolar de seus filhos.

De acordo com Falkembach (1997), “os sujeitos do planejamento participativo fazem parte do mesmo objeto sobre o qual propõem-se a refletir e agir. Sua ação prático-reflexiva resulta em projetos e em organização.” (FALKEMBACH, 1997, p.137)

Assim, o planejamento participativo liga as pessoas aos processos de socialização em desenvolvimento no espaço da comunidade escolar: no bairro, na escola e na família, especialmente.

4.1 A Gestão Democrática

É pela gestão democrática da escola pública que ocorre a participação da família na instituição escolar.

De acordo com Paro (2001), na esfera da gestão escolar, essa evidência conduz para a necessidade de uma participação efetiva da comunidade na gestão escolar, de maneira em que a mesma alcance a autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado.

Paro (2001), todavia, afirma: “Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade.” (PARO 2001, p.40).

Por isso, é preciso observar os problemas e probabilidades que se apresentam à participação da comunidade na gestão da escola pública. Isso ocorre devido ao fato de que é preciso considerar o contexto social, histórico, econômico e cultural no qual a instituição escolar encontra-se inserida.

Dessa maneira, deve-se promover o fortalecimento em relação à integração da escola com o território no qual está inserida, visando maior participação das

famílias e representantes da comunidade local, na construção e execução de sua Proposta Pedagógica.

Essa deve, portanto, ser a finalidade das estratégias de articulação das escolas com as famílias dos estudantes e parceiros da comunidade.

Além disso, de acordo com Pinheiro (2013), a gestão escolar consiste numa prática administrativa reflexiva que torna possível uma ação social transformadora, que proporciona uma prática democrática ancorada no planejamento participativo, de forma a integrar interesses individuais e garantir a representação de aspirações coletivas.

Precisa-se, portanto, procurar entender e fazer prognósticos de como a gestão escolar democrática, dentro dos limites da Proposta Pedagógica, pode proporcionar a participação da família na instituição escolar.

Para isso, é preciso ater-se às configurações específicas dessas famílias, para que alcancem uma identidade com a Proposta da escola.

De acordo com Pinheiro (2013):

Ao se discutir a evolução do trabalho educacional com base na *reflexão, na discussão e na avaliação coletiva* sobre o cotidiano escolar, pretende-se que o resultado desse movimento seja traduzido em objetivos traçados intencional e comprometidamente pelo conjunto dos elementos envolvidos nesse processo. (PINHEIRO, 2013, p. 79).

Assim, é mais fácil envolver a família em qualquer trabalho quando ela percebe que suas experiências e vivências são valorizadas pela Proposta da instituição escolar. Ao criar situações para a participação das famílias, o docente reforça a integração social e potencializa a construção coletiva de aprendizagens e saberes.

Contudo, não se pode pensar em gestão democrática sem a participação, presença e comprometimento da comunidade.

Sendo assim, os instrumentos que possibilitam a efetivação da gestão democrática, de acordo com Cattaneo (2008), são as instâncias colegiadas. Para que essas participem das discussões e decisões da escola, é preciso que a equipe diretiva informe e divulgue as ideias e ações, com transparência, para a comunidade escolar.

Dessa maneira, entende-se que as instâncias colegiadas, como o Conselho de Escola e o Conselho de Classe e Série e as Instituições Auxiliares como a

Associação de Pais e Mestres (APM) e Grêmio Estudantil, possuem um importante papel na gestão democrática da escola, à medida que forem utilizadas como instrumentos comprometidos com a edificação de uma escola de qualidade e comprometidas com os interesses do contexto escolar envolvido.

4.2 O Conselho de Escola

De acordo com Cattaneo (2008), existe em todas as escolas públicas, a gestão democrática da escola que é garantida por meio dele. O Conselho Escolar é composto por um grupo de pessoas que representam os vários segmentos da comunidade escolar. Ele é um espaço consultivo, deliberativo e assume a parte do poder de decisão e ação, que tradicionalmente, sempre esteve nas mãos do diretor da escola.

Os pais que participam do Conselho Escolar deverão analisar e discutir as questões apresentadas, reunindo-se quando necessário com outros pais para poder apresentar propostas que são de interesse das famílias e trabalhar ativamente, junto com os outros membros do Conselho, sempre buscando o que for melhor para os alunos.

Dessa forma, a finalidade do Conselho Escolar é garantir a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

4.3 APM (Associação de Pais e Mestres)

De acordo com Cattaneo (2008), a APM é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos. Seus dirigentes e conselheiros não são remunerados, sendo constituído por prazo indeterminado.

Essa ligação constante entre pais, professores e funcionários com a comunidade, preza também pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe, visando o bem-estar e formação integral dos alunos.

Além disso, ao ser criada para colaborar com a direção da unidade escolar, a APM constitui uma ferramenta de gestão democrática, pois colabora com a direção da unidade, auxiliando a escola a atingir as metas educacionais pretendidas.

Dessa forma, a APM constitui um instrumento fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores, colaborando para a programação de atividades culturais, de lazer e saúde, envolvendo toda a comunidade.

4.4 O Conselho de Classe e Série

Estabelece a instância colegiada que, de acordo com Pereira (2018), encontra-se presente na sustentação organizacional da instituição escolar responsável pelos processos avaliativos.

A prática do Conselho de Classe e Série encontra-se fundamentada no Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica da escola e no Regimento Escolar. Reúnem-se a direção da escola, coordenação pedagógica, os professores das disciplinas que compõem o currículo e, nas instituições escolares públicas onde há conselho participativo, os alunos e a família também participam da análise do desempenho dos educandos de cada turma e série.

Sob esta perspectiva, de acordo com Lorenzoni et al. (2010), o Conselho de Classe e Série da escola acontece por meio de um trabalho colaborativo entre aqueles que compõem o espaço escolar, para que esse se transforme em um ambiente importante de avaliação constante, que deve abranger todos os segmentos da organização escolar (professores, gestores, professores, alunos, pais entre outros).

4.5 Grêmios Estudantis

O Grêmios Estudantis é uma instituição que representa os alunos e seus interesses, constituindo também um lugar de aprendizagem, cidadania, responsabilidade e convivência. (SÃO PAULO, 2018).

Sua ação vigora a interação dos alunos não somente com os gestores da escola, como também, com a família e a comunidade, com a finalidade da atuação de todos para a melhoria da unidade escolar de modo corresponsável.

É ainda por meio do Grêmios que ocorre a possibilidade dos primeiros passos para uma formação política, sendo o primeiro exercício de participação democrática dos alunos na sociedade.

Dessa forma, compreende-se que, tanto as instâncias colegiadas, como as

instituições auxiliares, constituem espaços abertos para que a família possa se integrar de forma efetiva à instituição escolar.

Para que isso ocorra de forma produtiva e consciente, a escola deve criar um ambiente em que a família se sinta confortável e acolhida, sempre levando em consideração que a mobilização das famílias para as atividades escolares deve ser pensada em relação à disponibilidade e grau de comprometimento desses pais.

Assim, não são todos os pais que terão a disponibilidade de comparecer a todo o calendário proposto pela escola.

Dessa maneira, é importante que tanto a instituição escolar, quanto a família, encontre meios eficazes de relacionamento, que sejam viáveis, dentro de suas realidades.

Portanto, é preciso haver espaço e tempo, propiciados pela escola, para a discussão da participação da família na Proposta Pedagógica da instituição escolar, com o objetivo de conduzir forma de interação eficaz e consciente entre os profissionais, pais e alunos, para que seja promovido de fato, um planejamento participativo e democrático, garantindo a todos o acesso aos seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos por esta pesquisa apontam que a influência da família no desempenho dos estudantes é de grande importância, pois a participação da família nas instituições de ensino ocorre por meio da Proposta Pedagógica.

Assim, é responsabilidade da instituição estar aberta à comunidade e criar espaços para que essa participação seja possível.

Dessa forma, é por meio da gestão participativa torna possível a abertura da escola à comunidade, ao se criar espaços em que a participação da família se esteve por dentro da realidade.

Percebe-se que a Proposta Pedagógica define a identidade da escola ao estabelecer as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade, formalizando um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários, em torno do mesmo projeto educacional.

Dessa forma, a Proposta Pedagógica também constitui o plano global da instituição escolar, porém, ela nunca deve ser definitiva, visto que precisa mudar e

se aperfeiçoar de acordo com a realidade escolar, que define a ação educativa, a qual precisa ser desempenhada e realizada de acordo com os objetivos da escola.

Desse modo, constatou-se que a tarefa primordial da direção da escola, diante de uma perspectiva democrática, é fazer com que a instituição funcione com base num projeto coletivo.

Da mesma forma, segundo um dos princípios norteadores da Proposta Pedagógica: a relação entre a escola e a comunidade, entende-se que a participação da família seja indispensável, porque faz parte, e é essencial à própria estrutura da Proposta, pois é nesta relação que é propiciada a organização dessa Proposta, ocorrendo à participação de todos os segmentos nas decisões da escola.

Portanto, ouvir a comunidade escolar é a principal função de um gestor democrático, tendo em vista que a escola é construída e estruturada para suprir as necessidades dessa parcela dos envolvidos na questão educacional.

Nesse sentido, a Proposta Pedagógica de uma instituição escolar constitui um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, uma vez que a elaboração coletiva da Proposta possibilita a aproximação entre a escola e a comunidade.

É, portanto, pela gestão democrática da escola pública que ocorre a participação da família na instituição escolar.

Além disso, é por meio dessas instâncias colegiadas e instituições auxiliares que é possível à participação da família no espaço escolar, contribuindo, assim, de um lado, para a gestão democrática da escola pública e, por outro, pela inclusão da família na escola, tornando-a consciente de seu papel no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.J. & MEDEIROS, D.H. A família na gestão da escola: uma proposta de parceria para os problemas de aprendizagem. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 2010. Paraná. Disponível em: < http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/01_ALMEIDA_MEDEIROS.pdf > Acesso em: 13 ago.2018.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm> > Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L9394.htm> > Acesso em: 11 ago. 2018.

CANARIO, Rui. **O que é a escola?** Um olhar sociológico. Porto: Editora Porto, 2005.

CATTANEO, R.D.O. A Participação das Instâncias Colegiadas na Gestão Escolar: considerações a respeito da atuação da APMF e do Conselho Escolar. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1986-6.pdf>> Acesso em: 10 set. 2018.

FALKEMBACH, E.M.F. Planejamento Participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: _____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**, Uma construção possível. 4 ed. Campinas: Papyrus Editora, 1997. Cap.5, p. 131-143.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor:** Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

LORENZONI et al. Conselho de Classe Participativo: uma experiência democrática na escola. Disponível em: < http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/conselho_de_classe_participativo.pdf> Acesso em 10 out. 2018.

LUCK, H. et al. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar:** família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PARO, V.H. **Gestão democrática da escola pública.** 3 ed. São Paulo: Editor Ática, 2001.

PEREIRA, L.C. Conselho de Classe. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe>> Acesso: 11 out. 2018.

_____. Perspectiva para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: _____. **Escola:** espaço do Projeto Político-Pedagógico. 17 ed. Campinas: Papiros Editora, 2013. Cap. 1, p.9-32.

PINHEIRO, M.E. A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. In: _____. **Escola:** espaço do Projeto Político Pedagógico. 17 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2013. Cap.5, p. 75-95.

_____. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: _____. **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico.** 9 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2012. Cap.2, p.45-66.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Grêmios Estudantis Paulista**. 2018. Disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/portals/84/docs/gremio_estudantil.pdf. Acesso: 02 out.2018.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico**, do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2013.

VEIGA, I.P.A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In:_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**, Uma construção possível. 4 ed. Campinas: Papyrus Editora, 1997. Cap. 1, p.11-37.